

País fará proposta flexível

Paulo Sotero
da AE

O governo não pretende apresentar uma proposta inflexível, do tipo pegar ou largar, aos bancos credores quando as negociações começarem, no dia 10 de outubro. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, informou ontem, em entrevista coletiva em Washington, que a proposta brasileira contemplará pelo menos "dois cenários", atrelados a projeções diferenciadas dos preços do petróleo.

Zélia disse que, depois de conversar com seus colegas de países produtores de petróleo, continua convencida de que as condições de mercado não sustentam os preços atuais de petróleo e que eles deverão cair. Mesmo assim, afirmou que, ao abrir as conversas com os bancos, o governo brasileiro buscará convencê-los a discutir a capacidade de pagamento do Brasil com uma visão de médio prazo, "de cinco anos, e não do próximo balance. Nesse contexto, há muitas opções e possibilidades", disse Zélia.

A primeira rodada de conversações será dividida em três partes, segundo a ministra. O primeiro dia será dedicado a uma exposição ao comitê de bancos sobre o programa brasileiro, seus objetivos e os resultados até agora alcançados. O governo ainda não escalou quem fará esta apresentação. No segundo dia, o negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, apresentará a proposta aos credores. Segundo Dauster, ainda não foi decidido se a oferta a ser feita aos bancos será divulgada publicamente, mas deixou implícito sua preferência de que a proposta seja apresentada somente a quem a ela se dirige. "Em qualquer negociação, os detalhes são confidenciais", observou. Os bancos apresentarão suas reações iniciais no terceiro dia das conversas.

Procurando afastar a impressão estimulada nas últimas semanas pelos credores, de que o governo Collor estaria entrando nas nego-

ciações com uma atitude de má-fé, Zélia reiterou: "Não nos anima o espírito de confrontação". Ela disse que o governo quer negociar de "forma construtiva e criativa".

A exigência dos bancos de que o Brasil faça um pagamento adiantado de juros para estabelecer sua boa-fé não surpreende o governo nem leva ninguém em Brasília a perder o sono, afirmou Dauster. Perguntado sobre declarações de alguns banqueiros, segundo as quais os bancos não se sentarão à mesa antes de receber um pagamento, o negociador da dívida respondeu: "Sem negociação, também não haverá pagamento". A ministra da Economia deixou claramente aberta a hipótese de o governo vir a reiniciar os pagamentos de juros no curso das negociações, dependendo da receptividade dos credores à proposta brasileira.

O diplomata afirmou também que não acredita que os bancos tenham interesse em rechaçar sumariamente os argumentos brasileiros e produzir um mal começo das conversas, porque isso não teria bloqueada a aprovação do acordo com o FMI, pelo qual o Brasil espera receber, até o primeiro semestre de 1992, um montante apenas um pouco maior daquele que tem de pagar ao Fundo por empréstimos anteriores, ou seja, US\$ 2 bilhões. "Se nós não fizermos o acordo *stand-by*, continuaremos, mesmo assim a pagar o Fundo porque país que não paga o Fundo é pária. Nessa circunstância, teríamos menos US\$ 1,8 bilhão disponíveis para compromissos externos".

Perguntado se a situação precária de alguns grandes bancos credores americanos colocavam o Brasil numa posição mais forte para negociar, Jório disse: "A nossa felicidade não se constrói sobre a infelicidade dos outros". No entanto, acrescentou. "Nós esperamos que (os credores) também entendam que a felicidade deles não se constrói sobre a nossa infelicidade".